

O CONCEITO *ACCOUNTABILITY* NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA PESQUISA NA LITERATURA INDEXADA PELA BRAPCI¹

Resumo: A promoção da transparência na atuação do Estado é um dos pilares da participação cidadã. Nesse contexto, emerge o movimento da *accountability* como forma de conhecimento, acompanhamento e controle da atuação dos agentes públicos. Este trabalho analisa a produção científica na temática <accountability> publicada em periódicos brasileiros indexados pela Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), no campo da Ciência da Informação no Brasil. Parte do pressuposto de que a absorção do conceito de <accountability> pela área da Ciência da Informação contribuirá para uma nova e relevante fronteira de ação e pesquisa nesse campo científico. Na execução da pesquisa, adotou-se o método indiciário e o brauseio como instrumentos para a identificação dos indícios da produção sobre a temática na literatura indexada. Os dados foram organizados em quadros que apresentam os indicadores da produção analisada e condicionam melhor entendimento acerca do movimento de <accountability> no Brasil. Os resultados demonstram que, no período de 1978 a 2018, o número de publicações sobre a temática aumentou gradualmente e nos últimos anos apresenta 18 artigos de 46 autores e co-autores, que produziram literatura onde o termo <accountability> é abordado ou citado. Conclui que a presença de pesquisas sobre a temática, na Ciência da Informação, já é uma realidade, mas há a necessidade da realização de estudos que contemplem teorias, metodologias e tecnologias que condicionem a efetividade da *accountability* na promoção da transparência da atuação dos agentes públicos.

Palavras-chave: Accountability no Brasil. Accountability – produção científica. Accountability na Ciência da Informação. Políticas de Informação.

Herbert de Oliveira Rego
Universidade Federal da Paraíba
Doutorando do PPGCI/UFPB
herbert.rgo@gmail.com

Isa Maria Freire
Universidade Federal da Paraíba
Docente PPGCI/UFPB
isafreire@globocom.com

Edivânio Duarte de Souza
Universidade Federal de Alagoas
Docente PPGCI/UFPB
edivanioduarte@gmail.com.br

THE ACCOUNTABILITY CONCEPT IN INFORMATION SCIENCE: A RESEARCH IN THE LITERATURE INDEXED BY BRAPCI

Abstract: Promoting transparency in state action is one of the pillars of citizen participation. In this context, the accountability movement emerges as a form of knowledge, monitoring and control of the performance of public agents. This paper analyzes the scientific production on the theme <accountability> published in Brazilian journals indexed by the Information Science Database (BRAPCI), in the field of Information Science in Brazil. It assumes that the absorption of the concept of <accountability> by the area of Information Science will contribute to a new and relevant frontier of action and research in this scientific field. In the execution of the research, it was adopted the indicator method and the braudao as instruments for the identification of the indications of the production on the theme in the indexed literature. The data were organized in tables that present the indicators of the analyzed production and condition a better understanding about the <accountability> movement in Brazil. The results show that, from 1978 to 2018, the number of publications on the subject has gradually increased and in recent years has presented 18 articles by 46 authors and co-authors, who produced literature where the term <accountability> is addressed or cited. It concludes that the presence of research on the subject in Information Science is already a reality, but there is a need for studies that contemplate theories, methodologies and technologies that condition the effectiveness of *accountability* in promoting the transparency of public agents' performance.

Keywords: Accountability in Brazil. Accountability – scientific production. Accountability in Information Science. Information Policies.

¹ Uma versão preliminar foi apresentada no GT1 – Historiografia e Epistemologia da Ciência da Informação, no XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (2018). A presente versão resulta das contribuições do debate com os participantes do evento, que versaram, principalmente, sobre o reconhecimento do valor do conceito para a abordagem da transparência governamental no campo da informação.

1 INTRODUÇÃO

Os regimes democráticos vêm ampliando, nos últimos anos, o conjunto de estratégias, políticas e ações direcionadas ao melhoramento das relações entre o Estado e a sociedade, especialmente, aquelas que busca promover a maior segurança em torno da atuação estatal. Nesse rol, merece destaque o estabelecimento de um conjunto de normas no ordenamento jurídico que objetivam, em última análise, assegurar a promoção da transparência das atividades desempenhadas pela Administração Pública, de modo geral, e dos agentes públicos, de modo específico, no desempenho de suas funções. Além do diálogo entre entes estatais e membros da sociedade, essas ações objetivam o estabelecimento de uma infraestrutura de acompanhamento e controle institucional e, principalmente, social da atuação governamental, que inclui ação e omissão.

Em um contexto marcado pelas complexidades sociais, políticas e econômicas, por vezes, marcadas por corrupção, torna-se imprescindível que o Estado mantenha uma infraestrutura que possibilite ao cidadão conhecer, acompanhar, controlar e responsabilizar as ações e omissões dos diversos agentes públicos. Nesse sentido, surge, nos Estados Unidos da América, a noção de *accountability*, que vem sendo compreendida, de modo relativamente imprecisa, como “prestação de contas” por parte dos entes estatais.

O fato é que o termo é bastante usado, mas a prática é bastante recente e restrita no contexto da administração pública brasileira e, mais ainda, no campo de estudo da Ciência da Informação. A inexistência de tradução para português tem gerado muitas controvérsias do uso no Brasil. Essa imprecisão terminológica e insuficiência de delimitação teórica, por assim dizer, pode, em certa medida, traduzir-se em ausência do fenômeno na realidade brasileira. Na maioria das vezes, esse fenômeno tem sido identificado e propalado, no Brasil, como a “prestação de contas”, com base no artigo 71 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988). O fato é que, se no Brasil permanece esse entendimento restrito, nos Estados Unidos da América, o conceito foi ampliado e aprofundado, ganhando novos contornos.

Neste artigo, apresenta-se o resultado de revisão de literatura sobre o uso do conceito <accountability> na Ciência da Informação, no Brasil. A realização da *accountability*, ou seja, a manutenção de mecanismos de acompanhamento das funções públicas e da aplicação de recursos públicos, bem como a fiscalização das ações governamentais por parte dos cidadãos, é basilar para que a transparência seja efetivada, e, conseqüentemente, o satisfatório exercício

da cidadania. Observou-se que várias publicações tem originado inúmeras questões de pesquisa à luz da Ciência da Informação, no contexto dos movimentos de transparência e da *accountability*, bem como sobre o estabelecimento do direito à informação pela Constituição de 1988, regulamentada pela Lei nº 12.159, de 18 de novembro de 2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação - LAI (BRASIL, 1988; 2011). Este foi o marco legal do início de mudanças significativas na sociedade brasileira, quando se atribuiu à informação um papel relevante nas instituições públicas.

Estas questões, principalmente sobre o movimento de cidadanização no Brasil, decorrem, sobretudo, da disseminação de tecnologias digitais de informação e comunicação. Estas inquietações foram compartilhadas através de publicações que revelaram o percurso e o amadurecimento das discussões acadêmicas no campo da Ciência da Informação, em relação ao tema, e como este foi abordado através de diferentes questões ao longo do tempo. Inicialmente, o foco estava em entender os portais de transparência e sua ligação com a Ciência da Informação, destacando a importância da política de informação como tema central para os portais de transparência.

Em um segundo momento deste caminhar na pesquisa, surgiram novos desafios, tais como compreender a informação no contexto do movimento de *accountability*, que no Brasil emergiu a partir do artigo de Campos (1990). A transparência e a *accountability* são vistas pela Ciência da Informação a partir da intenção ou propósito da informação, qual seja alterar o campo de consciência dos sujeitos numa relação comunicativa. A participação dessa área de conhecimento, tanto no estudo quanto na implementação da cultura da *accountability*, torna-se, por definição, fundamental para o processo brasileiro de cidadanização. Diante do exposto, surgiu a necessidade de realizar uma revisão da literatura para entender como se dá a evolução das publicações nacionais sobre o tema, na referida área.

O presente artigo compartilha o processo e os resultados do exercício de busca de indícios de abordagens da temática <accountability> na literatura científica brasileira indexada pela Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), publicada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Buscam-se pistas que revelem a produtividade da produção científica sobre o tema, em um exercício teórico-metodológico provocado por reflexões epistemológicas acerca do movimento de *accountability* no Brasil, como a consolidação de mais um tema de interesse para a Ciência da Informação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A democracia no século 21, com o seu aperfeiçoamento ao longo do tempo, vem enfatizando a *accountability* como o agir com responsabilidade no trato da coisa pública. No Brasil, esse tema entrou em pauta na gestão pública, a partir de Campos (1990) e de Pinho e Sacramento (2009). Esse entendimento de que uma instituição pública deve responder perante os indivíduos, ou organizações, fora de si mesma, está se consolidando no Brasil, não só na Ciência Política ou nas ciências que tratam da gestão pública, mas em outros campos de conhecimento, incluindo o interesse na Ciência da Informação, ao primar por processos que, em última instância, condicionam o efetivo acesso à informação e o uso dessa na ampliação dos direitos civis, sociais e políticos da sociedade, em um crescente processo de construção da cidadania.

Para entender a *accountability* de modo adequado, é necessário compreender os fundamentos da democracia, que, segundo Abrucio e Loureiro (2004), se apoiam em três princípios:

- a) o governo deve ser derivado da vontade popular;
- b) os governos devem ter responsabilidade pelos seus atos, comissivos e omissivos, no exercício do poder perante o povo; e
- c) o Estado deve ser balizado por normas que delimitem sua ação em favor dos direitos básicos, individuais, coletivos e difusos, dos cidadãos.

Partindo desse contexto mais amplo, é importante considerar que há diferentes concepções e abordagens da *accountability* frente aos modelos de Administração Pública, na medida em que cada um desses modelos resulta em uma concepção de *accountability*. Dada a sua recente abordagem, principalmente, no campo da Ciência da Informação, o grande desafio parece ser desenvolver um conjunto de categorias analíticas que possibilitem compreender o nível e o alcance das práticas realizadas no controle das ações e das omissões dos agentes públicos.

Embora se considere que os modelos tendem a ser generalistas e simplistas, principalmente, pela sua orientação à sistematização e padronização, reconhece-se que esses são importantes para definir pontos de partida de análises e discussões.

Há na literatura diversos modelos que procuram estabelecer as dimensões da *accountability*. Merece aqui citar, ilustrativamente, o modelo de Koppell (2005) que a

classifica em cinco categorias, a saber, transparência, sujeição, controle, responsabilidade e responsividade. Essas categorias se apresentam como um *crescendum*, em relações interdependentes e complementares. Não obstante a visão integrativa que contemple essas categorias, a transparência parece ser o instrumento mais importante para a avaliação de desempenho dos entes e dos agentes públicos.

Em que pese a dificuldade conceitual, nas palavras de O'Donnell (1998), a *accountability* pode ser entendida, de modo geral, como a responsabilização democrática dos agentes públicos exercida por dois mecanismos de controle, *accountability* vertical e *accountability* horizontal. O primeiro é exercido pela sociedade mediante a escolha de seus representantes. O segundo, por sua vez, é exercido pelo controle interno a partir da fiscalização mútua com base no sistema de “freios e contrapesos” (*checks and balances*) e de órgãos que se dedicam especificamente ao controle das atividades públicas como, por exemplo, os tribunais de contas brasileiros.

A ação da *accountability* horizontal necessita do uso de instrumentos de publicidade das informações governamentais para que, a partir da publicitação dos atos dos agentes públicos, seja possível colocá-los sob o controle social, mediante transparência pública, e do controle administrativo, através dos tribunais de contas e do controle judicial. Dito isso, deve-se reconhecer a necessidade de disponibilidade, por parte da burocracia oficial, de mecanismos de controle que não sejam aqueles exercidos por órgãos internos do governo: não é possível imaginar uma organização realizando *accountability* de si mesma. Percebe-se que o ambiente democrático é basilar para que haja o controle do governo pelos cidadãos. Sobre o tema, Campos (1990, p. 33) diz claramente, em seu artigo seminal:

Quanto mais avançado o estágio democrático, maior o interesse pela *accountability*. E a *accountability* governamental tende a acompanhar o avanço de valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação, representatividade. [...]. Não haverá tal condição enquanto o povo se definir como tutelado e o Estado como tutor. (Mantida a grafia original do texto).

O principal fato ocorrido no Brasil para o início do movimento de *accountability* foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã), já que a partir dela se institucionalizou a participação popular na governança pública (BRASIL, 1988). Criaram-se conselhos e orçamentos participativos, tornando possível ao cidadão acompanhar de forma ativa as decisões do governo, desenvolvendo a ação popular que dá ao cidadão a possibilidade

de defender o interesse coletivo. Outro marco legal fundamental para a *accountability* no Brasil foi a determinação do direito à informação, pois sem ele inexistiria a transparência, essencial para a *accountability* no horizonte histórico do país. Houve, também, a descentralização do governo federal, quando se estabeleceu a transferência de responsabilidades e competências para os governos federativos, abrindo espaço para a viabilização da transparência nos governos locais, uma vez que é mais fácil para o cidadão fiscalizar o Prefeito do que o Presidente da República. Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) e a criação da Controladoria Geral da União (BRASIL, 2001) foram responsáveis por avanços significativos para a gestão pública.

O problema é que a expressão “prestação de contas” é tomada em sentido formal e restritivo, no Brasil, na medida em que assume como finalidade a verificação de conformidade dos atos praticados aos dispositivos legais pertinentes, como pode ser identificado na delimitação realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Com efeito, a *accountability*, nesta perspectiva, centra basicamente no controle de responsabilidade dos entes públicos. Deixa de lado, por exemplo, a responsividade, que para Koppell (2005), dizer respeito ao controle acerca das expectativas sociais, ou seja, ao atendimento efetivo às demandas e necessidades da sociedade.

No Brasil, os órgãos que promovem o controle institucional das atividades governamentais podem praticar a *accountability*, mas, no máximo, têm verificado a conformidade e a legalidade dos atos praticados ou das omissões diante da obrigação de agir de agentes públicos. É importante destacar que os outros princípios da Administração Públicas são imprescindíveis para o bom andamento da *accountability*. Trata-se de um constante processo de avaliação e responsabilização dos agentes públicos por seus atos praticados no exercício das respectivas funções. De modo mais preciso, pretende-se realizar o controle sobre o que os agentes públicos estão realizando, como estão realizando, em que resulta suas realizações e como estão sendo responsabilizados.

No campo da Ciência da Informação, como resultado desta incursão no território da literatura sobre *accountability*, destacam-se as políticas públicas de informação que se apresentam como um ponto de acesso e de desdobramentos interessantes, pois têm um papel fundamental no funcionamento democrático do Estado e da sociedade. Essas podem ser compreendidas da seguinte forma:

[...] conjuntos de premissas, decisões e ações – produzidas pelo estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2008, p. 6).

Tal pressuposto permite transitar pelos “vários aspectos” de políticas públicas, desde seus dispositivos legais aos seus aspectos culturais e tecnológicos, entre outros. Um conceito também relevante para esta abordagem foi apresentado por Braman (2011), corroborando a perspectiva aqui adotada no que diz respeito ao papel fundamental do Estado na implementação das políticas de informação. Com efeito, é importante esclarecer que a

Política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias – e outras tomadas de decisão e práticas com efeitos constitutivos sobre toda a sociedade - que envolvem geração, processamento, fluxo, acesso e uso da informação. (BRAMAN, 2011, p. 3)

Para o movimento da transparência, a política de informação no sentido da *accountability* teria como um dos seus objetivos a eliminação, o quanto for possível, da assimetria de informação entre o governo e os cidadãos, aqui entendida nos seguintes termos:

[...] a distribuição da informação entre atores sociais por meio de processos não uniformes, irregulares, desproporcionais ou sem equilíbrio de forças, no contexto de relações sociais, que são fortemente influenciadas pela mediação informacional. Com essa definição, procuramos evidenciar as tensões geradas a partir da disputa pelo controle informacional por parte desses atores. (MARQUES; KERR PINHEIRO, 2011, p. 73).

A participação do Estado se deve à relevância da política de informação nas agendas dos Estados nacionais, por serem reconhecidos como instrumentos de poder, que, nos últimos anos, no Brasil, vem sendo gradativamente compartilhado com outros atores, como as organizações sociais e os cidadãos. Ao discutir políticas e regimes de informação de modo integrado, González de Gómez (2015, p. 327) considera que “É preciso redefinir o corpo híbrido de atores, práticas e meios, pautado pela transversalidade, convergência e nomadismo da tecnologia digital [...]”, para que novas políticas de informação tenham onde se firmar.

É neste ambiente onde acontece a interação entre os diferentes atores do regime de informação da sociedade em rede, com o objetivo de aumentar seus respectivos controle e domínio. Braman (2004) denomina o regime de informação atual como “regime global emergente de informação”; global porque contém os atores estatais e não estatais, e emergente porque está em formação, por definição. Ao estruturar o conceito de regime de informação,

González de Gómez (2012, p. 52) esclarece que esse traz vantagens para a abordagem das políticas de informação:

[...] [por] sua plasticidade e [seu] distanciamento das categorizações das políticas de informação já estabelecidas, o que permite a reflexão e a análise do caráter transversal da informação e das tecnologias de informação [e de comunicação], sua capilaridade e facilidade de imersão em todas as dimensões e tipos de atividade social [...].

Nesta rede conceitual, González de Gómez (2002) introduz no debate sobre política de informação dois conceitos fundamentais para se entender os dispositivos e artefatos informacionais, no contexto das políticas. A autora observa que os sistemas funcionais não possuem uma linguagem comum, mas, sim, linguagens particulares, não havendo comunicação entre os diferentes sistemas. Nesse sentido, apresenta as “[...] micropolíticas inscritas nos dispositivos de informação e as macropolíticas que – direta ou indiretamente – [exprimem] conflitos e interesses em figuras hegemônicas organizadas pelo Estado” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

A partir desse contexto teórico, busca-se a produção sobre *accountability* na Ciência da Informação, mediante artigos publicados em periódicos e comunicações em eventos científicos indexados na Brapci.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Conforme Ginzburg (1989, p. 143), no final do século XIX, “[...] emergiu silenciosamente, no âmbito das ciências humanas, um modelo epistemológico (caso prefira paradigma) ao qual até agora não se prestou suficiente atenção.” Trata-se do “paradigma indiciário”, cuja origem se encontra na experiência do caçador primitivo, que:

Apreendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. [...] Na falta de uma documentação verbal para se por ao lado das pinturas rupestres e dos artefatos, podemos recorrer às narrativas de fábulas, que do saber daqueles remotos caçadores transmitem-nos às vezes um eco, mesmo que tardio e deformado. (GINZBURG, 1989, p. 151).

Nesse sentido, Ginzburg (1989) transporta essa habilidade do caçador de interpretar para a realidade do campo científico, substituindo o caçador pelo pesquisador. No paradigma

indiciário, o pesquisador reúne os indícios do objeto de estudo e, a partir dessas pistas, forma uma trama com os fios que compreendem sua pesquisa. Nesse processo de investigação, o pesquisador estará procurando indícios que sinalizem os fios da rede conceitual da pesquisa, assim como o caçador identifica as pistas das trilhas da caça.

O processo de busca mediante o paradigma indiciário é denominado por Araújo (1994) de brauseio, que se trata de uma modalidade de busca de informação em um sistema de recuperação da informação visto em um contexto de subsistema de estratégia de busca. De modo mais preciso, refere à “arte de não se saber o que se quer até que se encontre” (ARAÚJO, 1994, p. 189). Em outros termos, refere-se a uma busca motivada por um determinado interesse, em que se procura a esmo entre documentos, colhendo informações de todos os tipos, e que está ligado ao componente de “acesso direto”.

Para identificar as publicações e os autores que abordam a temática *accountability* no domínio da literatura da Ciência da Informação, recorreu-se ao método indiciário e ao procedimento de brauseio (browsing). Conforme método utilizado por Freire (2014a, 2014b), buscaram-se artigos em todos os campos da Brapci, utilizando <accountability> como termo de busca. Foram recuperados 20 (vinte) artigos, identificando duas duplicações, compondo um universo de 18 (dezoito) artigos, sendo o mais antigo publicado em 1978 e o mais recente em 2018.

Após a coleta de dados na produção indexada pela Brapci, foram elaborados quadros contendo a organização das informações pertinentes à construção de indicadores bibliométricos que permitiram o melhor entendimento acerca da temática desta comunicação. A partir das análises desses indicadores, buscou-se entender como está se processando, no campo da Ciência da Informação, a produção científica que utiliza de alguma forma o conceito <accountability>.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

O brauseio na Brapci permitiu a construção de diferentes indicadores que caracterizam a produção científica em Ciência da Informação sobre a temática <accountability>. No Quadro 1, observa-se o quantitativo de artigos selecionados como significativos para a temática, distribuídos em 18 (dezoito) periódicos que os publicaram no período de 1978 a 2018.

Quadro 1 – Periódicos²: quantidade de artigos e ano da publicação

Periódico	Artigo f(x)	Ano de publicação
Ciência da Informação em Revista	2	2016, 2018
Educação Temática Digital	2	2014, 2015
Encontros Bibli	1	2018
Reciis	1	2017
Informação e Informação	1	2017
Anais do ENANCIB *	2	2016
Archeion Online	1	2013
Em Questão	1	2011
Arquivo e Administração	1	2008
RBBD	1	2007
Inclusão Social	1	2007
Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	1	2006
DataGramaZero	1	2000
Transinformação	1	1989
REB	1	1978
Total de artigos	18	-

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observa-se também que, apesar da temática ter sido citada já no ano de 1978, é a partir de 2013 que começa uma maior constância na abordagem do tema nas publicações indexadas na Brapci, sendo 2016 o ano com maior número de publicações (três), seguido pelos anos de 2007, 2017 e 2018 com duas publicações cada ano, demonstrando assim o aumento de interesse pelo tema na literatura da Ciência da Informação brasileira, fruto da consolidação das instituições responsáveis pela *accountability* no Brasil.

As publicações que mais divulgaram trabalhos sobre a temática foram os periódicos Ciência da Informação em Revista, e Educação Temática Digital, bem como os Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), todos com duas publicações cada. Porém, destaca-se que o periódico Ciência da Informação em Revista é o único a publicar sobre *accountability* no contexto da política de informação.

² Os Anais do ENANCIB são considerados como periódicos, uma vez que possuem ISSN (*International Standard Serial Number*) e Qualis Capes (B1), reservados para periódicos, embora alguns anais do ENANCIB tenham sido publicados como livros.

Quadro 2 – Autorias e coautorias

Primeiro autor	Co-autor	Autor f(x)	Artigo f(x)	Ano Public.
REGO, Herbert de Oliveira	FREIRE, Isa Maria	2	1	2018
BUENO, Alexandre	TORKOMIAN, Ana Lúcia Vitale	2	1	2018
GAMA, Janyluce Rezende	RODRIGUES, Georgete Medleg	2	1	2017
VILLELA, Edlaine Faria de Moura	BASTOS, Luana Kronit DUTRA, Gabriel Goncalves NASCIMENTO, Wallace Antunes Damasio do ALMEIDA, Wanderson Santana de OLIVEIRA, Fabio Morato de	6	1	2017
FREIRE, Isa Maria	REGO, Herbert de Oliveira	2	1	2016
RODRIGUES, Georgete Medleg	ZORZAL, Luzia	2	1	2016
MALIN, Ana Maria Barcellos	BOTREL, Rachel do Monte	2	1	2016
SCHNEIDER, Marilda Pasqual	NARDI, Elton Luiz	2	1	2015
SENICATO, Renato Bellotti	OMETTO, Cláudia Beatriz de Castro Nascimento	2	1	2014
SOUZA, Rosale de Mattos	--	1	1	2013
LOPES, Elaine Cristina	VALENTIM, Marta Lígia Pomim ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de	3	1	2011
JIMERSON, Randall C.	--	1	1	2008
HENRIKSEN, Alexandre Lauri	MEIROZ, Isabel Dias SEGRE JUNIOR, Hugo Alberto	3	1	2007
GUIMARÃES, Maria Cristina Soares	LINS, Etienne González RODRIGUES, Jeorgina Gentil SANTOS, Márcia Jabor LAMARÃO, Camila Clementino SILVA, Vânia Guerra da SILVA, Diones Ramos da	7	1	2007
LINS, Etienne González	GUIMARÃES, Maria Cristina Soares RODRIGUES, Jeorgina Gentil LAMARÃO, Camila Clementino SILVA, Vânia Guerra da SILVA, Diones Ramos da	6	1	2006
JARDIM, José Maria	--	1	1	2000
GLEZER, Raquel	--	1	1	1989
LEWIS, Malcolm	--	1	1	1978
Total de autores nas 18 publicações: 46				

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Já no Quadro 2, constam os 46 (quarenta e seis) autores e coautores que foram identificados nos 18 (dezoito) artigos publicados, sendo 12 (doze) escritos por até dois autores (quatro de autoria individual e oito em dupla), formando a maioria das publicações do universo de análise, e cinco publicações a partir de três autores. Essa distribuição de autores por publicação, observada através do brauseio, demonstra que não há uma concentração de autoria na literatura analisada, o que sinaliza uma maior distribuição no país de pesquisadores interessados no tema e sua fomentação no campo da Ciência da Informação.

Embora se identifique, nas 18 (dezoito) publicações, um total de 46 (quarenta e seis) autores e/ou coautores, observa-se, para análise, os autores e/ou coautores uma única vez, desconsiderando as suas contribuições em uma segunda publicação, identificando um total de 37 (trinta e sete) pesquisadores que colaboraram para produção sobre a temática <accountability> na literatura indexada pela Brapci.

Nesse universo, ainda conforme o Quadro 2, encontram-se 24 (vinte e quatro) pesquisadores que participaram em mais de uma publicação na literatura, em que se destaca um grupo de pesquisadores da Fiocruz, que publicou dois artigos, um com seis autores e outro com sete autores. Além disso, é importante considerar que, em ambos os artigos, o tema está relacionado aos indicadores de desempenho de bibliotecas. Outro pesquisador contribuiu em duas publicações, em uma delas como coautor, abordando o tema transparência das contas públicas, e em outra publicação, como autor, abordando padrões dos relatórios de gestão universitária. Há também uma dupla de autores que se alternaram na autoria e coautoria na publicação de dois artigos, conforme o Quadro 2, em que mantém uma linha de abordagem do tema *accountability* na perspectiva da Ciência da Informação, sinalizando, assim, para uma nova e promissora linha de pesquisa. Esta característica da literatura demonstra que este ainda é um tema pouco explorado por pesquisadores, na Ciência da Informação.

Já no Quadro 3, observam-se que os títulos das publicações estão dispersos em várias abordagens relacionados a aspectos técnicos da atuação acadêmica e profissional dos autores ao longo do tempo. Os títulos demonstram uma forma mais complexa de abordar a *accountability* ao longo do tempo, o que era de se esperar pelo amadurecimento do tema na área, e isso se torna mais notório a partir do ano de 2016, com a exceção de Jardim (2008), que já indicava, de forma seminal, a relação entre *accountability*, sociedade da informação e política de informação.

Quadro 3 - Autores, título e conceitos

Primeiro autor	Título	Conceito
REGO, H. O. (2018)	<i>Accountability</i> : novo conceito para a ciência da informação?	<i>Accountability</i> , política de informação
BUENO, A. (2018)	Índices de licenciamento e de comercialização de tecnologias para núcleos de inovação tecnológica baseados em boas práticas internacionais	Transferência de tecnologia
GAMA, J. R. (2017)	A transparência das contas públicas e o novo padrão internacional da informação contábil governamental	Transparência, <i>accountability</i> , contabilidade pública
VILLELA, E. F. M. (2017)	Health education: community health workers and medical students in the control of dengue epidemics	Saúde pública
FREIRE, I M. (2016)	Política de informação: um olhar sobre portais de transparência brasileiros	Transparência, política de informação
RODRIGUES, G. M. (2016)	Transparência e boas práticas de governança: análise de padrões e princípios nos relatórios de gestão de universidades federais brasileiras	Transparência, governança pública
MALIN, A. M. B. (2016)	Uma análise dos usos da Lei de Acesso à Informação no Brasil de 2013 a 2015	Transparência, <i>accountability</i> , Lei de acesso à informação
SCHNEIDER, M. P. (2015)	<i>Accountability</i> em educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do estado-avaliador?	<i>Accountability</i> educacional, políticas avaliativas educacionais
SENICATO, R. B. (2014)	Em foco uma escola pública paulista de educação básica	Avaliação de educação, globalização
SOUZA, R. M. (2013)	O espaço público da pólis contemporânea: o acesso à informação como construção da cidadania no Brasil	Teoria do agir comunicativo, Lei de acesso à informação
LOPES, E. C. (2011)	Disseminação da informação em empresas de capital aberto e os processos de mediação da informação	Gestão da informação, transparência
JIMERSON, R. C. (2008)	Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade	Responsabilidade social arquivista, arquivo e poder
HENRIKSEN, A. L. (2007)	Articulação entre estado e terceiro setor em políticas de inclusão digital: o caso do telecentro jardim autódromo	Inclusão social, políticas públicas
GUIMARÃES, M. C. S. (2007)	Indicadores de desempenho de bibliotecas no campo da saúde: um estudo piloto na FIOCRUZ	Avaliação de desempenho
LINS, E. G. (2006)	Indicadores de desempenho de bibliotecas no campo da saúde: um estudo piloto na Fiocruz	Avaliação de desempenho, gestão da informação
JARDIM, J. M. (2000)	Capacidade governativa, informação e governo eletrônico	Governança, sociedade da informação
GLEZER, R. (1989)	Arquivos universitários: para que?	Arquivos universitários
LEWIS, M. (1978)	Sociologia, administração e bibliotecas	Gestão de bibliotecas

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir das informações constante no Quadro 3, montou-se a Figura 1, que representa uma rede dos conceitos mais presentes nos artigos. A distância de cada conceito para o tema *accountability* representa a frequência com que é utilizado, isto é, quanto mais próximo do tema mais frequente na amostra. Logo, destacam-se os seguintes conceitos como os mais frequentes: “política de informação”, “governança pública”, “sociedade da informação”, “transparência” e “Lei de Acesso à Informação”. Com isso, pode-se sinalizar a direção que os artigos tomaram e a que os próximos tenderão a tomar, formando assim uma característica da linha de pesquisa.

Figura 1 - Conceitos utilizados nos artigos



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Essa tendência, nos artigos, de aproximação das discussões entre *accountability* e política de informação e sociedade da informação, entre outros temas objetos de estudo da Ciência da Informação, pode ser atribuída ao desenvolvimento das primeiras discussões sobre o movimento de transparência pública e da LAI no Brasil.

Observando a temática “transparência”, por exemplo, na literatura científica brasileira indexada pela Brapci, no Quadro 4 constam 115 (cento e quinze) registros, com

uma produção significativa de 18 (dezoito) artigos no ano de 2013, visto que no ano anterior foram publicados apenas 6 artigos. Esta expressividade se mantém nos anos de 2015 e 2016, com 22 (vinte e dois) e 23 (vinte e três) artigos publicados, respectivamente, caindo nos anos de 2017 e 2018 com oito e cinco artigos publicados, respectivamente. Esse período de queda da produção de artigos abordando o tema <transparência> corresponde ao período em que se percebe uma fase de crescimento na produção de artigos abordando o tema <accountability>. Tal fato corrobora com a ideia de que o crescimento da discussão sobre *accountability* na Ciência da Informação possa estar acontecendo em decorrência de um segundo momento da discussão sobre o movimento da transparência.

Quadro 4 - Accountability e transparência: quantidade de publicações³

Ano	Accountability Publicação <i>f(x)</i>	Transparência Publicação <i>f(x)</i>
2018	2	5
2017	2	8
2016	3	23
2015	1	22
2014	1	6
2013	1	18
2012	1	6
Total 115 registros		

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No Quadro 5, por sua vez, identificam-se os autores mais citados em todos os artigos estudados, certamente como consequência dos diversos conceitos adotados nestas publicações, reforçando o que foi apresentado na Figura 1. Formando a base teórica nacional para os diversos temas, estão em destaque os seguintes pesquisadores: Jardim, J. M.; González de Gómez, M. N. e Barreto, A. A. Dentre teóricos estrangeiros, estão: Braman, S. e Castells, M. Outros autores de destaques são Freire, I. M. e Kerr Pinheiro, M. M., com suas análises aplicadas à realidade nacional.

³ Em negrito, as maiores quantidades de artigos publicados.

Quadro 5 - Autores mais citados sobre *accountability* na Brapci

Autor	Citação $f(x)$
JARDIM, J. M.	6
GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.	4
BARRETO, A. A.	4
BRAMAN, S.	3
CASTELLS, M.	2
FREIRE, I. M	2
KERR PINHEIRO, M. M.	2

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No Quadro 6, apresentam-se as instituições à que os autores se encontram vinculados, no momento da publicação, e a quantidade de publicações por instituição. Entre as instituições em destaque por sua produção de artigos se encontra a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e as publicações mais recentes se vinculam a instituições de destaque, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ambas com duas publicações.

Quadro 6 – Instituições: autores e quantidade de publicações⁴

Instituição	Autor $f(x)$	Publicação $f(x)$	Ano de publicação
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	2	1	2018
Universidade Federal de Paraíba	2	2	2018, 2016
Universidade Federal do Espírito Santos	2	1	2017
Universidade Federal de Goiás (UFG)	6	1	2017
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)	1	1	2016
Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)	1	1	2016
Universidade de Brasília (UnB)	2	1	2016
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	2	1	2015
Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)	2	1	2014
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	1	1	2013
Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Marília	3	1	2011
<i>Westem Washington University</i>	1	1	2008
Universidade de São Paulo (USP)	4	2	2007, 1989
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	7	2	2007, 2006
Universidade Federal Fluminense (UFF)	1	1	2000
Não identificada ⁵ *	1	1	1978

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

⁴ Em negrito, as instituições mais produtivas, as maiores quantidades de autores e as maiores quantidades de publicações de artigos publicados.

⁵ Não foi possível recuperar a instituição à qual o autor estava vinculado.

Já em relação à vinculação institucional dos autores presentes no resultado do braseio, as instituições que se destacaram foram Fiocruz (sete), USP (quatro), UFG (seis) e UNESP/Marília (três). Quanto à distribuição espacial das instituições, tem-se uma concentração na Região Sudeste, com nove instituições, correspondendo a 60% das instituições citadas. Na Região Centro-Oeste, identificam-se duas instituições, correspondendo a 13% do total. Na Região Nordeste, há apenas uma instituição de ensino, a UFPB, e uma repartição pública de registro de marcas e patentes, correspondendo a 13% das instituições citadas. E, por fim, na Região Sul há uma instituição, correspondendo a 7% do total. A Região Norte não teve publicação mapeada na amostra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a incursão na literatura da Ciência da Informação sobre *accountability*, mediante recuperação de artigos indexados na Brapci, percebe-se a emergência de uma linha de pesquisa que está em processo de consolidação no Brasil. Os indícios demonstram que as publicações aumentaram nos últimos anos e que a temática está dispersa nas publicações indexadas, concentrando-se, principalmente, nas seguintes: Ciência da Informação em Revista, Educação Temática Digital e Anais do Enancib. Essas publicações realizaram duas divulgações cada.

Além disso, observou-se a presença de 46 (quarenta e seis) autores nas publicações que abordaram a *accountability*. Dentre os dezoito artigos publicados, apenas quatro foram de autoria individual, sendo oito publicações em dupla e cinco publicações a partir de três autores.

A crescente presença de autores da Ciência da Informação nas publicações, como também a frequência de publicações, indica que este tema está sendo abordado neste campo de conhecimento. Desse modo, considera que esses resultados apresentam os indícios da emergência de um novo interesse de pesquisa, o tema <accountability>.

Por fim, considera-se que esta exploração permitiu a organização de informações e a construção de indicadores que condicionam um melhor entendimento epistemológico acerca do movimento de *accountability* no Brasil, identificando um processo de consolidação de mais um tema de interesse científico para a Ciência da Informação. A partir desta pesquisa

exploratória, é importante destacar a necessidade de ampliar os estudos que buscam compreender os elementos que compõem a discussão, principalmente, o conjunto de teorias, metodologias e tecnologias que aponta para a efetividade das práticas de *accountability* na promoção da transparência da atuação dos agentes públicos. Essa certamente será uma grande contribuição da Ciência da Informação na consolidação de políticas e ações de informação direcionadas à construção cidadã.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M.R. Finanças públicas, democracia e accountability. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Org.). **Economia do setor público**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ARAUJO, V. M. R. H. **Sistemas de recuperação da informação: nova abordagem teórico-conceitual**. 1994. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

BRAMAN, S. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, Harrisburg, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/10.5325/jinfopoli.1.2011.0001.pdf?refreqid=excelsior%3A071356e8399bbbce8f7eb0aa10f85420>. Acesso em: 12 maio de 2017.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: _____. **The emergent global information policy regime**. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. Cap. 2, p. 12-37. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/cfd2/ff141bb94b731cf4d86c10dd78a161581a5e.pdf>. Acesso em: 23 maio 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jan. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em: 30 jan. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 10.180, de 6 de fevereiro de 2001**. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10180.htm. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 14 jun. 2018.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, p. 30-50, fev./abr. 1990. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>. Acesso em: 22 nov. 2017.

FREIRE, I. M. Mediação da informação: um olhar sobre o portal LT*i* a partir literatura indexada na BRAPCI, **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 23-45, 2014a.

Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19993>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FREIRE, I. M. Sobre a temática "responsabilidade social" na literatura da ciência da informação indexada pela Brapci. **Logeion: filosofia da informação**, v. 1, n. 1, p. 59-76, 2014b. Disponível em: <http://www.Brapci.inf.br/v/a/15988>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Políticas e regimes de informação: perspectivas. In: GARCIA, J. C. R.; TERGINO, M. G. (org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. V. 2, Cap. 9, p. 321-352.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p.43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376/8576>. Acesso em: 03 maio 2018.

JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/159/152>. Acesso em: 12 maio 2018.

KOPPELL, Jonathan G. S. Pathologies of Accountability: ICANN and the Challenge of “Multiple Accountabilities Disorder”. **Public Administration Review**, v. 65, n. 1, p. 94-108, jan./fev. 2005.

MARQUES, R. M.; KERR PINHEIRO, M. M. Política de informação nacional e assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 65-91, jan./mar. 2011. Disponível em: <http://portalperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1154/847>. Acesso em: 23 jun. 2018.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Revista Lua Nova**, n. 44, p. 27-54, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a03n44.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)**. 2018. Disponível em: <http://www.Brapci.inf.br/>. Acesso em: 7 jun. 2018.